



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 15983.000416/2006-82
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2002-000.806 – Turma Extraordinária / 2ª Turma
Sessão de 26 de fevereiro de 2019
Matéria IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - ALUGUEIS
Recorrente EVALDO BRITO DE MENEZES
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2001, 2002, 2003

DEDUÇÃO INDEVIDA -DESPESA MÉDICA - DOCUMENTAÇÃO HÁBIL - COMPROVAÇÃO

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99).

INDENIZAÇÃO - ISENÇÃO

A regra posta no ordenamento jurídico vigente é da tributação universal da renda, salvo exceções de parcelas isentas, trazidas taxativamente na legislação, posto que, conforme artigo 111 do CTN, a isenção interpreta-se literalmente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente

(assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni - Relator.

Participaram das sessões virtuais não presenciais os conselheiros Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Presidente), Virgílio Cansino Gil, Thiago Duca Amoni e Mônica Renata Mello Ferreira Stoll.

Relatório

Notificação de lançamento

Trata o presente processo de notificação de lançamento – NL (e-fls. 05 a 09), relativa a imposto de renda da pessoa física, pela qual se procedeu autuação pela omissão de rendimentos do trabalho com vínculo empregatício recebidos de pessoa jurídica, dedução indevida com dependente, dedução indevida com despesas médicas e dedução indevida com despesas de instrução

Tal omissão gerou lançamento de imposto de renda pessoa física suplementar de R\$ 22.301,12, acrescido de multa de ofício no importe de 75%, bem como juros de mora.

Impugnação

A notificação de lançamento foi objeto de impugnação, na qual o contribuinte alega, conforme decisão da DRJ:

No dia 15/01/2007, foi juntada a impugnação de fls. 183/188, onde em suma alega o seguinte:

1) Com relação aos anos calendário de 2001, 2002 e 2003, foram glosados os valores de R\$ 1.659,12, R\$ 1.983,12 e R\$ 2.580,00, respectivamente, a título de despesas médicas

- Plano de Saúde Unimed. Tal glosa não deve prevalecer, haja vista que tal despesa foi efetuada pelo impugnante, estando o referido plano de saúde no nome do impugnante como beneficiário principal, conforme se desprende pelos recibos em anexo;

2) Ainda com referência ao ano calendário de 2003, o contribuinte foi autuado pelo lançamento da quantia de R\$ 32.224,95 como sendo não tributável, pois oriundo de indenização, contudo não foi esse o entendimento da Autoridade Fiscal que considerou tal valor tributável. Tal entendimento deve ser retificado, haja vista que os valores recebidos pelo impugnante foi a título de indenização, concedido pela empresa onde o mesmo trabalha;

3) Finalmente requer-se a procedência da presente impugnação, haja vista que com relação aos anos calendários de 2001, 2002 e 2003 foram efetuadas glosas

indevidas do Plano de Saúde Unimed, conforme já relatado, pois o beneficiário principal do referido plano é o impugnante, conforme cópias dos pagamentos em anexo. Ainda, com referência ao ano calendário de 2003 é imperioso que os valores recebidos como indenização sejam considerados isentos e não tributáveis, pois não são renda, apenas compensam a perda sofrida pelo impugnante.

A impugnação foi apreciada na 2ª Turma da DRJ/BEL que, por unanimidade, em 23/03/2009, no acórdão 01-13.279, às e-fls. 443 a 471, julgou à unanimidade, a impugnação improcedente.

Recurso voluntário

Ainda inconformado, o contribuinte apresentou recurso voluntário, em às e-fls. 485 a 497, no qual alega, em síntese:

- que a glosa com UNIMED do ano calendário 2001, no valor de R\$1.659,12, a título de despesa médica, pois o contribuinte arcou com os valores;
- que a despesa também com a UNIMED do ano calendário, no valor de R\$1.983,12, pois o contribuinte também arcou com as despesas. O mesmo ocorre com a despesa do ano calendário de 2003, porém esta deve ser retificada para o montante de R\$2.580,00;
- que o valor de R\$ 32.224,95, recebido no ano calendário de 2003, possui natureza jurídica indenização;

É o relatório.

Voto

Conselheiro Thiago Duca Amoni - Relator

Pelo que consta no processo, o recurso é tempestivo, já que o contribuinte foi intimado do teor do acórdão da DRJ em 08/06/2009, e-fls. 483, e interpôs o presente Recurso Voluntário em 08/07/2009, e-fls. 485, posto que atende aos requisitos de admissibilidade e, portanto, dele conheço.

Para fins de delimitação da lide, o contribuinte não se insurge das glosas com despesas com dependentes e com instrução, como se vê pela decisão de piso:

O sujeito passivo não se insurge contra as infrações deduções indevidas de dependente e instrução, não cabendo a manifestação da autoridade julgadora sobre tal

matéria, sendo tal considerada como não impugnada, com base no art. 17 do Decreto nº 70.235/72, ficando o presente litígio delimitado apenas para o crédito tributário de IRPF relativo a omissão de rendimentos do trabalho com vínculo empregatício recebidos de pessoa jurídica do exercício de 2004, ano-calendário de 2003, e dedução indevida de despesas médicas, exercícios de 2002, 2003 e 2004, anos -calendário de 2001, 2002 e 2003, no valor de R\$ 2.336,02 (dois mil, trezentos e trinta e seis reais e dosi centavos), R\$ 3.881,06 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e seis centavos), R\$ 9.571,36 (nove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), respectivamente e seus acréscimos legais.

A glosa das despesas médicas foi mantida pela falta de comprovação do efetivo pagamento.

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99):

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

:

Art. 80. Na declaração de rendimentos poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, inciso II, alínea "a").

§1º O disposto neste artigo (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, §2º):

I- aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com

hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II- restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III- limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento (grifos nossos)

O trecho em destaque é claro quanto a idoneidade de recibos e notas fiscais, desde que preenchidos os requisitos legais, como meios de comprovação da prestação de serviço de saúde tomado pelo contribuinte e capaz de ensejar a dedução da despesa do montante de IRPF devido, quando da apresentação de sua DAA.

O dispositivo em comento vai além, permitindo ainda que, caso o contribuinte tomador do serviço, por qualquer motivo, não possua o recibo emitido pelo profissional, a comprovação do pagamento seja feita por cheque nominativo ou extratos de conta vinculados a alguma instituição financeira.

Assim, como fonte primária da comprovação da despesa temos o recibo e a nota fiscal emitidos pelo prestador de serviço, desde que atendidos os requisitos legais. Na falta destes, **pode**, o contribuinte, valer-se de outros meios de prova. Ademais, o Fisco tem a sua disposição outros instrumentos para realizar o cruzamento de dados das partes contratantes, devendo prevalecer a boa-fé do contribuinte.

Nesta linha, no acórdão 2001-000.388, de relatoria do Conselheiro deste CARF José Alfredo Duarte Filho, temos:

(...)

No que se refere às despesas médicas a divergência é de natureza interpretativa da legislação quanto à observância maior ou menor da exigência de formalidade da legislação tributária que rege o fulcro do objeto da lide. O que se evidencia com facilidade de visualização é que de um lado há o rigor no procedimento fiscalizador da autoridade tributante, e de outro, a busca do direito, pela contribuinte, de ver reconhecido o atendimento da exigência fiscal no estrito dizer da lei, rejeitando a alegada prerrogativa do fisco de convencimento subjetivo quanto à validade cabal do documento comprobatório, quando se trata tão somente da apresentação da nota fiscal ou do recibo da prestação de serviço.

O texto base que define o direito da dedução do imposto e a correspondente comprovação para efeito da obtenção do benefício está contido no inciso II, alínea “a” e no § 2º, do art. 8º, da Lei nº

*9.250/95, regulamentados nos parágrafos e incisos do art. 80 do Decreto nº 3.000/99 – RIR/99, em especial no que segue:
Lei nº 9.250/95.*

(...)

É clara a disposição de que a exigência da legislação especificada aponta

para o comprovante de pagamento originário da operação, corriqueiro e usual, assim entendido como o recibo ou a nota fiscal de prestação de serviço, que deverá contar com as informações exigidas para identificação, de quem paga e de quem recebe o valor, sendo que, por óbvio, visa controlar se o recebedor oferecerá à tributação o referido valor como remuneração. A lógica da exigência coloca em evidência a figura de quem fornece o comprovante identificado e assinado, colocando-o na condição de tributado na outra ponta da relação fiscal correspondente (dedução tributação). Ou seja: para cada dedução haverá um oferecimento à tributação pelo fornecedor do comprovante.

Quem recebe o valor tem a obrigação de oferecê-lo à tributação e pagar o imposto correspondente e, quem paga os honorários tem o direito ao benefício fiscal do abatimento na apuração do imposto. Simples assim, por se tratar de uma ação de pagamento e recebimento de valor numa relação de prestação de serviço.

Ocorre, neste caso, uma correspondência de resultados de obrigação e direito, gerados nessa relação, de modo que o contribuinte que tem o direito da dedução fica legalmente habilitado ao benefício fiscal porque de posse do documento comprobatório que lhe dá a oportunidade do desconto na apuração do tributo, confiante que a outra parte se quedará obrigada ao oferecimento à tributação do valor correspondente. Some-se a isso a realidade de que o órgão fiscalizador tem plenas condições e pleno poder de fiscalização, na questão tributária, com absoluta facilidade de identificação, tão somente com a informação do CPF ou CNPJ, sobre a outra banda da relação pagador recebedor do valor da prestação de serviço.

O dispositivo legal (inciso III, do § 1º, art. 80, Dec. 3.000/99) vai além no sentido de dar conforto ao pagador dos serviços prestados ao prever que no caso da falta da documentação, assim entendido como sendo o recibo ou nota fiscal de prestação de serviço, poderá a comprovação ser feita pela indicação de cheque nominativo pelo qual poderia ter sido efetuado o pagamento, seja por recusa da disponibilização do documento, seja por extravio, ou qualquer outro motivo, visto que pelas informações contidas no cheque pode o órgão fiscalizador confrontar o pagamento com o recebimento do valor correspondente. Além disso, é de conhecimento geral que o órgão tributante dispõe de meios e instrumentos para realizar o cruzamento de informações, controlar e fiscalizar o relacionamento financeiro entre contribuintes. O termo “podendo” do texto legal consiste numa facilitação de comprovação dada ao pagador e não uma obrigação de fazê-lo daquela forma.”

Ainda, há várias outras jurisprudências deste Conselho que corroboram com os fundamentos até então apresentados:

Processo nº 16370.000399/200816

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 2001000.387 – Turma Extraordinária / 1ª Turma

Sessão de 18 de abril de 2018

Matéria IRPF DEDUÇÃO DESPESAS MÉDICAS

Recorrente FLÁVIO JUN KAZUMA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

***ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA
IRPF***

Ano-calendário: 2005

DESPESAS MÉDICAS GLOSADAS. DEDUÇÃO MEDIANTE RECIBOS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM A INIDONEIDADE DOS COMPROVANTES.

Recibos de despesas médicas têm força probante como comprovante para efeito de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física. A glosa por recusa da aceitação dos recibos de despesas médicas, pela autoridade fiscal, deve estar sustentada em indícios consistentes e elementos que indiquem a falta de idoneidade do documento. A ausência de elementos que indique a falsidade ou incorreção dos recibos os torna válidos para comprovar as despesas médicas incorridas.

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. RECONHECIMENTO DO DÉBITO.

Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte.

Processo nº 13830.000508/2009-23

Recurso nº 908.440 Voluntário

Acórdão nº 2202-01.901 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 10 de julho de 2012

Matéria Despesas Médicas

Recorrente MARLY CANTO DE GODOY PEREIRA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

***ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA -
IRPF***

Ano-calendário: 2006

DESPESAS MÉDICAS. RECIBO. COMPROVAÇÃO.

Recibos que contenham a indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem prestou os serviços são documentos hábeis, até prova em contrário, para justificar a dedução a título de despesas médicas autorizada pela legislação.

Os recibos que não contemplem os requisitos previstos na legislação poderão ser aceitos para fins de dedução, desde que seja apresentada declaração complementando as informações neles ausentes.

Não há nos autos qualquer comprovação de que o contribuinte era beneficiário de plano de saúde contratado junto a UNIMED.

Com relação a glosa da parcela considerada isenta pelo contribuinte sob fundamento de que trata-se de indenização, a DRJ manteve a autuação alegando que o contribuinte não fez prova da natureza jurídica dos valores.

Por mais que o nome da parcela recebida pelo contribuinte tenha a nomenclatura de "indenização", de fato são fruto da relação de trabalho. O próprio documento emitido pela pessoa jurídica, às e-fls. 62 informa que os rendimentos estão sujeitos a tributação do imposto de renda.

Logo, o contribuinte não fez prova de que tais rendimentos estão no rol daqueles beneficiados com a isenção pela legislação, vez que as hipóteses de isenção devem ser interpretadas literalmente, por serem exceção no ordenamento jurídico, conforme redação do artigo 111 do CTN:

Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Feitas estas considerações, conheço do presente Recurso Voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni